

106 Cardoso já definiu prioridades da reforma

■ Propostas a serem enviadas ao Congresso tratam de tributos, Previdência, mudança administrativa e redefinição de competências

LIMAR FRANCO

BRASÍLIA — As propostas de emendas constitucionais que o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso enviará ao Congresso no dia 15 de fevereiro tratam do sistema tributário, da Previdência Social, da reforma administrativa e da redefinição de funções e competências entre União, estados e municípios. Estas mudanças, consideradas fundamentais para dar governabilidade ao país, serão negociadas a partir do final deste mês para que estejam aprovadas nos primeiros três meses de governo. Outras reformas, como a política e a flexibilização dos monopólios, por exemplo, ficarão para depois.

“As propostas chegarão ao Congresso negociadas previamente”, disse ontem uma liderança parlamentar do PSDB, confiante na

sua aprovação imediata. O âmbito inicial das reformas foi definido, esta semana, durante sucessivas reuniões de Fernando Henrique com a equipe de transição. Os principais integrantes da equipe, Paulo Renato de Souza, Luciano Martins e Eduardo Jorge Caldas, consideram que o maior problema a ser enfrentado pelo futuro governo é o do “desequilíbrio do setor público”.

“Indispensáveis” — Essas três reformas são consideradas “indispensáveis” e “necessárias” para que o governo retome sua capacidade de iniciativa, ao invés de ficar preso à administração das dificuldades conjunturais. A flexibilização dos monopólios e as reformas políticas devem ficar para um segundo momento, pois são consideradas questões de médio e longo prazos.



Cardoso: monopólios mais tarde

Arquivo

“Uma coisa é o que seria ideal, outra é aquilo que é necessário. Será em cima disso que o governo irá negociar”, comentou ontem um influente líder tucano. Ao reformar o Estado brasileiro, Cardoso quer garantir recursos para investimentos nas áreas social, de infra-estrutura e tecnológica, capazes de garantir a retomada do crescimento econômico do país.

“Feudalização” — A tônica da reforma administrativa e da redefinição de competências entre União, estados e municípios será o enjugamento e a descentralização. O objetivo é tornar o estado “eficiente” e, ao mesmo tempo, dotar a sociedade de “controles sociais múltiplos” sobre o Estado. Serão adotadas medidas para acabar com a “feudalização” do Estado brasi-

leiro, como definiu um integrante da equipe, sobretudo estabelecendo mecanismos de controle sobre as empresas estatais, que hoje não prestam contas de seus investimentos ao governo e nem repassam ao Tesouro parte de seus lucros.

O conteúdo das propostas está ainda em fase de definição final, tendo como ponto de partida os pareceres do relator da Revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Mas já existem condições para serem negociadas logo depois da realização do segundo turno das eleições para os governos estaduais. Cardoso pretende chegar ao início dos trabalhos do novo Congresso com todas as propostas conhecidas e, para isso, intensificará a partir da próxima semana as consultas políticas.